



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
 Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública
 Assessoria de Gestão com Municípios e Supervisão do Termo de Parceria

Relatório de Monitoramento 11º PA - SEJUSP/AGM

Belo Horizonte, 03 de janeiro de 2022.

CONTRATO DE GESTÃO Nº 02/2019 CELEBRADO ENTRE A SECRETARIA DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA E A ORGANIZAÇÃO SOCIAL INSTITUTO ELO

11º RELATÓRIO DE MONITORAMENTO

PERÍODO AVALIATÓRIO: 01 DE JULHO A 30 DE SETEMBRO DE 2021

1 – INTRODUÇÃO

Este Relatório de Monitoramento visa demonstrar o desenvolvimento das atividades previstas no Contrato de Gestão nº 02/2019, no período de 01/07/2021 a 30/09/2021, com o objetivo de avaliar os resultados apresentados pelo Instituto Elo por meio dos Relatórios Gerenciais de Resultados - RGR e Relatórios Gerenciais Financeiros - RGF.

Em atendimento ao artigo 71 da Lei Estadual nº 23.081/18 e do artigo 52 do Decreto Estadual nº 47.553/18, será apresentado neste o comparativo entre as metas propostas e os resultados alcançados, acompanhado de informações relevantes acerca da execução, de justificativas para os resultados não alcançados e de propostas de ação para superação dos problemas enfrentados na condução das atividades. Além das informações supracitadas, será apresentada a demonstração das receitas e despesas executadas no período avaliatório, bem como sua análise.

Frisa-se que a Comissão de Monitoramento contou com as contribuições dos servidores da SUPEC para a elaboração deste Relatório, uma vez que estes possuem informações qualificadas sobre a execução dos programas que compõem a Política Estadual de Prevenção à Criminalidade, objeto do Contrato de Gestão nº 02/2019.

No 11º Relatório Gerencial de Resultados apresentado pela OS, foi verificado que os indicadores acumulativos, nas primeiras colunas das tabelas visavam evidenciar a evolução do indicador nos resultados acumulados do 7º período avaliatório (jul/20 a set/20) ao 10º (abr/21 a jun/21). Contudo, avalia-se que, para melhor leitura desta evolução, a metodologia mais adequada seria compreender os resultados a partir de janeiro do ano corrente, uma vez que as metas dos indicadores acumulados adotam esta metodologia.

2 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

QUADRO 1 – COMPARATIVO ENTRE AS METAS PREVISTAS E REALIZADAS

Área Temática	Indicador	Peso (%)	Metas	Resultados
			11º Período Avaliatório Jul/21 a Set/21	
1 Programa Mediação de Conflitos	1.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos	5	15.583	19.966
	1.2 Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos	5	1.098	1.401,67
	1.3 Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social	4	6.137	7.977
2 Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	2.1 Média mensal de encontros de oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	1.360	977,67
	2.2 Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	1.700	1.342
	2.3 Número acumulado de atendimentos realizados pelo do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	5	5.301	4.972
	2.4 Número acumulado de ações de Intervenção estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	156	288
3 Programa Se Liga	3.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga	5	450	373
	3.2 Percentual de adesão do egresso do Sistema Socioeducativo ao Programa Se Liga	5	30%	4,3%
	3.3 Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas	4	288	697
4 Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais	4.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA	5	38.531	29.436
	4.2 Percentual de alternativas penais cumpridas conforme determinação judicial	5	72%	76,9%
	4.3 Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio	4	2.247	4.125
5 Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional	5.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PRESP	5	13.757	12.020
	5.2 Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório	5	78%	77,8%
	5.3 Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional	4	926	1.104
6 Programa Selo Prevenção Minas	6.1 Número acumulado de ações de articulação de rede do Programa Selo Prevenção Minas	4	720	583
7 Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade	7.1 Número de participações em capacitações e supervisões para desenvolvimento e aprimoramento dos profissionais que atuam na Política de Prevenção à Criminalidade	1	660	1391

		7.2	Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto	1	15	10,7
8	Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade	8.1	Número de Relatórios Analíticos das UPCs de Base Local	4	52	53
		8.2	Número de relatórios de gestão das oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!	4	3	3
		8.3	Número de Relatórios de Gestão do Programa Se Liga	4	3	3
		8.4	Número de Relatórios de Ações do Programa Selo Prevenção Minas	4	3	3
9	Gestão da Parceria	9.1	Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica	1	100%	-
		9.2	Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão	1	100%	-

2.1 – Detalhamento dos resultados alcançados:

Área Temática 1: Programa Mediação de Conflitos

Indicador 1.1: Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Mediação de Conflitos		
Meta	Resultado	Desempenho
15.583	19.966	128,1%

Indicador 1.2: Média mensal de pessoas atendidas pelo Programa Mediação de Conflitos		
Meta	Resultado	Desempenho
1.908	1.401,67	73,5%

Indicador 1.3: Número acumulado de ações do Programa Mediação de Conflitos junto às redes de proteção social		
Meta	Resultado	Desempenho
6.137	7.977	130,0%

Inicialmente, cumpre esclarecer que, apesar dos indicadores do Contrato de Gestão definirem metas globalizadas para o Programa Mediação de Conflitos, internamente são também definidas metas para cada Unidade a partir de variáveis, tais como: dados de violência, população, extensão territorial, número da equipe técnica, número de atendimentos na temática de violência, dados dos Registros de Eventos de Defesa Social- REDS, dentre outros elementos. Neste período avaliatório (julho a setembro) percebeu-se que apenas algumas Unidades não alcançaram a meta interna, favorecendo, portanto, a superação da mesma.

A Diretoria de Proteção à Mulher – DPM/SUPEC corrobora com as informações exaradas pela OS no Relatório Gerencial de Resultados – RGR sobre o projeto piloto ComAgente, executado atualmente em 6 UPCs, como uma ação inovadora que marca a inserção de atores comunitários na prevenção às violências. Enfatiza-se que, somente é possível a realização do projeto a partir de uma integração entre SUPEC e a OS Instituto ELO, que inicialmente, apresentou como um desafio, mas ao longo do processo se tornou fluído, estabelecendo fluxos bem definidos e estratégias eficientes.



Evento de inauguração do projeto ComAgente na UPC Serra - Setembro 2021

No tocante ao **indicador 1.1**, a DPM/SUPEC corrobora com a análise da OS no 11º RGR sobre os resultados alcançados, mas destaca-se alguns pontos relevante e das Unidades com expressivo aumento, tais como Santa Lúcia (251%), Taquaril (209%) e Turmalina (203%).

- **UPC Taquaril:** atuação de forma significativa nas ações em organização comunitária. Em julho houve 166 atendimentos nesta modalidade, para além da divulgação do projeto ComAgente, e também se destacaram as fichas; “Dinâmica Criminal do 530 no Granja de Freitas” em que a equipe realizou contatos constantes com atores estratégicos e planos de ações frente a dinâmica criminal que tem sido intensa neste microterritório, fichas territoriais “Granja de

Freitas”, “Taquaril”, “Alto Vera Cruz”, além das fichas “Rede mista”, “Violência contra a mulher”, “Violências: Diálogos com os homens”, “Compartilhando memórias no Taquaril”, “Mediação na rádio” fichas abertas e/ou movimentadas ao longo do período de avaliação.

- **UPC Santa Lúcia:** para além das intervenções em organização comunitária, foram realizados muitos atendimentos individuais (mais de 100 a cada mês de avaliação), vários casos de violência iminente atendidos, além de proposta de projetos na temática das mulheres no tráfico e masculinidade. Além disso, a comunidade tem direcionados algumas demandas ao programa, o que fortalece os vínculos entre os moradores e o PMC.
- **UPC Turmalina:** em julho foram realizadas 181 intervenções, sendo 134 somente na temática de organização comunitária. A divulgação do projeto ComAgente possibilitou tal avanço, mas também destaca-se as fichas; Quarto de Despejo e Saúde Mental relacionada ao uso de psicoativos, Empodere-se, Ação no Transbordo e Padre Paraíso, violência e criminalidade. Ressalta-se que os atendimentos itinerantes junto aos moradores da região foi a principal estratégia utilizada.

Quanto às Unidades com os menores resultados, Cabana (98%) e Citrolândia (92%), destacam-se:

- **UPC Cabana:** a equipe tem atuado de forma significativa em casos individuais, porém, ao longo do trimestre algumas fichas de organização comunitária foram se encerrando, um exemplo é o projeto Transformação. Em julho, foram realizados 25 atendimentos em organização comunitária, e em setembro 9. Houve atuação conjunta com o projeto “Para Elas” e traçado novas intervenções coletivas, ouvindo o público atendido e organizando novas possibilidades.
- **UPC Citrolândia:** em julho, destaca-se os 19 atendimentos em projetos, maior número em todo o ano de 2021. Em setembro, com a chegada de novo analista, foram realizados 65 atendimentos individuais e também abriu uma ficha de projeto “Garotas tem Voz”. Isso demonstra a interação dos analistas e como esse vínculo contribui para o bom desenvolvimento do trabalho.
- **UPC Veneza:** O que se percebe é a realização de vários atendimentos individuais por parte da equipe e baixo número de ações em organização comunitária, sendo os atendimentos individuais em julho de 73, agosto 71 e setembro 67. Em contrapartida, no que toca a modalidade de organização comunitária foram realizados 6 atendimentos em julho, 10 em agosto e 11 em setembro, os menores números de ações em organização comunitária ao longo do ano. É nítido que a equipe tem fomentado as ações coletivas com as referências comunitárias, mas ainda se mostra como um desafio na região do Veneza.



Caso coletivo Granja de Freitas- UPC Taquaril/BH



Setembro amarelo - UPC Carapina/Governador Valadares

Sobre o indicador 1.2, as Unidades com maior média mensal de pessoas atendidas foram: Santos Reis 270%, Santa Lucia 188% e Ribeiro de Abreu 172 %.

UPC Santos Reis: meta individualizada alcançada nos três meses, sendo julho 21 atendimentos em organização comunitária que se desdobraram em casos coletivos (26 atendimentos) e dois projetos de prevenção, “Agosto Lilás” e “Setembro Amarelo”. É importante pontuar que ações de organização comunitária são estratégias essenciais para adentrar em novos territórios e fomentar outras modalidades de ações que o programa executa junto aos novos atendidos, impactando de forma significativa nos indicadores, principalmente no 1.2.

UPC Ribeiro de Abreu: para além dos projetos de prevenção executados, se destaca as diversas ações em organização comunitária, com total de 116 atendimentos no trimestre, fichas como: Condomínio Água Marinha, Grupo de Mulheres - A 2a edição do Varal Solidário, Ribeiro de Abreu, Conjunto Paulo VI e Dinâmica Criminal, Paulo VI.

Quanto à análise das Unidades com os menores resultados: Cabana 81%, Jardim Leblon 85% e Olavo Costa 75%, ressaltamos:

UPC Jardim Leblon: em setembro houve uma baixa no número de atendimentos individuais e a equipe destaca que os atendimentos pré-agendados o público não compareceu, contudo, a Unidade tem traçado estratégias objetivando amenizar as desistências, bem como tem atuado de forma significativa na modalidade de projetos de prevenção (78 atendimentos nessa modalidade, maior número em todas as análises em 2021).

UPC Olavo Costa: meta individual da Unidade não alcançada no período, porém, a equipe tem realizado outras ações de organização comunitária. O diálogo foi constante com o grupo Tricotando, além de projetos na temática do Agosto Lilás e o contato com os moradores para repensar as ações de forma presencial e traçar novas discussões junto à comunidade.



Bairro Vila Castelo Branco - UPC Santos Reis/Montes Claros



Agosto Lilás - UPC Ribeiro de Abreu/BH

Destacamos ainda, que nos relatórios anteriores foram apontados maiores desafios, mas com a ampliação da vacinação, a desaceleração dos casos de infecção pelo Coronavírus, além de uma condução da DPM/SUPEC voltada para a gestão de resultados, favoreceram na construção de estratégias mais assertivas, desdobrando as articulações em uma média de pessoas atendidas mensalmente. Somente cinco Unidades não atingiram a meta individual interna, mas nenhuma delas ficou abaixo de 60% da meta.

O **indicador 1.3** registra o trabalho de articulação das Unidades com a rede parceira, a fim de que as pessoas atendidas possam ter amplo acesso às informações e serviços necessários à efetivação de seus direitos. O diálogo do Programa com outros atores, formal ou informal, é indispensável para construção de fluxos, encaminhamentos, parcerias e outros alinhamentos que possam surgir, destacando:

UPC Ribeiro de Abreu/BH: percebe-se maior empenho da equipe em promover cada vez mais o Programa como parceiro da comunidade na prevenção e enfrentamento às violências. No trimestre houve uma procura significativa de mulheres em situação de violência que foram devidamente atendidas e acolhidas, oportunidade que fomentou os acionamentos com a rede de atendimento à mulher e demais redes de apoio.

UPC Jardim Teresópolis/Betim: alcance próximo à meta da Unidade para o período avaliatório. Apenas no mês de julho não alcançou a meta, momento em que a Unidade mais se aproximou de outros atores da rede para proceder com a discussão de casos, potencializando uma prática específica que reflete no próprio indicador.

UPC Ressaca/Contagem: corrobora-se com as informações da OS, acrescentando as construções realizadas pela equipe junto à rede e sua atuação no território. Os projetos e ações de organização comunitária tem gerado muitos resultados para os indicadores do Ressaca, porém, é perceptível a qualidade com que estes trabalhos estão sendo desenvolvidos.

UPC Serra/BH: para além do que foi demonstrado pela OS, ressalta-se os resultados da equipe a partir das construções de fluxos e alinhamento institucional e estratégias articuladas de intervenção em fenômeno da violência e criminalidade com a rede de proteção social, que foram significativos (192 ações).



Ação Integrada do PMC, 27/07/2021



Bate-papo sobre a Lei Maria da Penha com o grupo Presidentes de Rua - UPC Jardim Teresópolis em Betim

Informa-se também, que a DPM/SUPEC encaminhou questionário para as equipes técnicas com o objetivo de realizar diagnóstico sobre a relação destas com a rede e, assim, compreender os entraves para elaboração de planos de ação para cada Unidade.

Destaca-se ainda, a participação da DPM/SUPEC na construção e na participação do Webinário da Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher que ocorreu em 18/08/2021 com o tema: *"Papo Reto Com A Rede - Lei Maria Da Penha: Pra Quem?"*.

Em comemoração aos 15 anos da Lei Maria da Penha, a rede de enfrentamento à violência contra a mulher de Minas Gerais promoveu um encontro virtual, oportunidade em que os analistas sociais puderam ouvir e discutir sobre o enfrentamento à violência a partir da ótica das mulheres que estão à frente de instituições e diversos movimentos sociais que acolhem a causa.



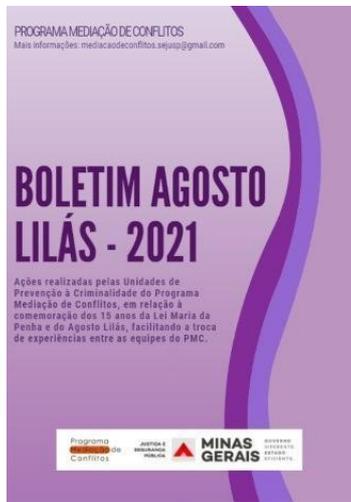
Seminário 18/08/2021 da Rede de Enfrentamento à Violência contra a Mulher - Papo Reto Com A Rede - Lei Maria Da Penha: Pra Quem?"

Ressalta-se que em agosto foi contratada a equipe de base local da nova Unidade de Ipatinga – Bom Jardim/Esperança, que fora desmobilizada no ano de 2020 no território do Bethania, e foi realizada capacitação com a novos profissionais sobre o diagnóstico de implantação correspondente ao produto 2.3 pactuado no Contrato de Gestão. Além disso, a DPM/SUPEC continua acompanhando a recente equipe de forma mais próxima e auxiliando nas dúvidas no decorrer do trabalho do diagnóstico.



Capacitação diagnóstico da nova UPC de Ipatinga

Além da análise quantitativa dos indicadores e metas, vale destacar os projetos que estiveram sob a coordenação da DPM/SUPEC. Algumas ações em datas comemorativas foram realizadas a partir de diretrizes da Diretoria, com disponibilização de materiais personalizados, conforme abaixo:



Boletim Agosto Lilás - 2021

Área Temática 2: Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo

Indicador 2.1: Média mensal de encontros de oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
1.360	977,67	71,9%

Indicador 2.2: Média mensal de jovens participantes nas oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
1.700	1.342	78,9%

Indicador 2.3: Número acumulado de atendimentos realizados pelo do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
5.301	4.972	93,8%

Indicador 2.4: Número acumulado de ações de Intervenção estratégica realizadas através do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
156	288	184,6%

De início, importante fator a ser considerado para os indicadores do Programa Fica Vivo é o número de retomada de oficinas, que em julho foi 81, em agosto 33 e em setembro 07. Observa-se, portanto, gradativa queda no número de implantações e os frequentes relatos das dificuldades em encontrar espaços nos territórios para a realização dos projetos de oficinas.

Em 09/09/2021 foram retomadas as oficinas de esportes, mas as equipes e oficinairos se empenharam no desafio de encontrar espaços adequados e disponíveis nos territórios. Com isso, a DPJ/SUPEC, os supervisores metodológicos e os gestores sociais têm dialogado sobre a articulação institucional com escolas, secretarias de educação de municípios, Centros de Referência em Assistência Social, Associações de bairro e demais espaços comunitários para ampliar as retomadas destas oficinas, visando à renovação de parcerias e a criação de outras.

Outro ponto relevante foi a realização de chamamentos públicos realizados pelas equipes exclusivamente para oficinairos, com o intuito de implantar oficinas que favoreçam a aproximação e atendimento de jovens mulheres.

O período também foi marcado pela dedicação das Unidades na elaboração da "Revista Juventudes Minas Gerais", com a submissão de trabalhos de autoria dos jovens, como estratégia de aproximação e fortalecimento de vínculo com o público atendido.

Sobre o **indicador 2.1** destaca-se que 23 das 26 Unidades apresentaram crescimento gradativo e considerável em relação ao último período avaliatório. Isto se deu em função da retomada das oficinas e em função da melhoria dos indicadores da pandemia. Todavia, o indicador ainda não alcançou integralmente a meta pactuada.

Ressalta-se que em Betim as oficinas não puderam retornar de imediato devido às restrições impostas por decreto municipal, contudo, foi articulada junto à prefeitura autorização excepcional para as atividades das oficinas com a adoção de medidas de prevenção ao contágio de COVID, como a medição de temperatura de todos os jovens participantes, bem como outros aspectos apresentados que já convergiam com as orientações sanitárias presentes no Plano de Retomada de Oficinas.

Na oportunidade, cabe retificar o apresentado pelo Instituto Elo que apontou na p. 15 do RGR: “O indicador número de encontros de oficina executados, por exemplo, apresenta esse aumento consecutivo: 687 encontros em julho, 1055 em agosto, e 1191 em setembro, todos estes acima da meta de 453 encontros”. Contudo, a meta do indicador é média mensal, não se valendo da divisão por três (número de meses do período avaliatório).

O resultado do **indicador 2.2** apresenta relação com o processo gradativo de retomada de oficinas citado e os critérios do Plano Minas Consciente. No início da retomada foi orientado o máximo de 10 jovens por oficinas, e à medida que os indicadores da pandemia foram melhorando em setembro alcançou 20 jovens por oficina, quantitativo este considerável se comparado às avaliações anteriores.

Neste contexto, existe uma grande variabilidade de fatores que dificultaram o alcance da meta nos indicadores, principalmente no tocante a mudança de composição de muitas equipes e oficineiros em diversos territórios, que implicaram em processos de adaptação, de reaproximação, de construção de novos vínculos e de repactuação do trabalho por meio de oficinas nos territórios, de mudanças de rotinas dos jovens e adaptação de horários das oficinas. Todavia, tem sido pauta das reuniões da DPJ com supervisores da OS para o enfoque no fortalecimento desses vínculos e na qualificação dessas variáveis para a construção de estratégias para garantir a participação dos jovens nas oficinas.

Ademais, devido a erro de preenchimento da equipe nas planilhas de monitoramento de dados, é necessário retificar o resultado da UPC Ribeiro de Abreu no mês de setembro (pg. 20 do RGR), ou seja, onde se lê “82”, leia-se “89”. Com isso, o total do número de setembro se altera para 1.720, e do período avaliatório 1.342.

Com relação ao **indicador 2.3**, na p. 21 do RGR, foi registrado que “o número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo! foi 9.525, sendo a meta de 5.301 cumprida”. Importante esclarecer que o resultado de 9.525 citado compreende o acumulado de janeiro a setembro, mas no V Termo Aditivo, tanto as metas quanto os resultados passaram a considerar apenas a partir do mês de julho, devido à suspensão das oficinas neste interstício. Sendo assim, fica retificado o resultado do 11º PA para 4.972 atendimentos, para a meta de 5.301, sendo a meta não atingida.

Neste indicador, vale destacar, que durante a pandemia os atendimentos individuais ganharam enfoque e continuam a ser pautados como primordiais pelas supervisões e DPJ. Outro fator a ser considerado é a configuração de equipes com 3 analistas, que foi se estabelecendo por mais unidades ao longo do período, pois favorece a divisão e frentes de trabalho, bem como no enfoque em outras modalidades de atendimento do programa.

Outro aspecto importante é o acompanhamento sistemático e presencial das equipes técnicas nas oficinas, além da atuação de modo a conscientizar os adolescentes e jovens sobre a COVID, nas parcerias com redes para tratar dos cuidados com a pandemia, de estratégias para que oficineiros pudessem frequentar mais as unidades de saúde para vacinar os jovens da faixa etária indicada. Esse acompanhamento tem gerado o aumento dos atendimentos individuais, projetos locais e de circulação.

Além disso, as alternativas de grupos virtuais criados pelos analistas com os jovens para a discussão de temáticas durante a pandemia continuaram a gerar novas demandas de atendimento e de projetos, tais como os desenvolvidos com a rede de saúde e assistência social. Como exemplo, temos os projetos do Agosto Lilás e Setembro Amarelo de prevenção ao suicídio desenvolvidos por várias Unidades.

A demanda por profissionalização e empregabilidade também aumentou as intervenções e as parcerias para trabalhar temas como autoconhecimento, vocação, elaboração de currículo, passo a passo para entrevista de emprego e planejamento do futuro.

Devido a erro de preenchimento da equipe nas planilhas de monitoramento de dados, também se faz necessário retificar o resultado da UPC Ribeiro de Abreu no mês de setembro (pg. 22 do RGR): onde se lê “82”, leia-se “92”. Com isso, o total do mês se altera para 2.044 e do período avaliatório 9.535.

Já o **indicador 2.4** apresentou resultado acima da meta estabelecida, o que pode estar relacionado com o acompanhamento sistemático realizado pela gerência de intervenção estratégica e da diretoria da DPJ, que desenvolveram ações, tais como: reuniões com a DAOP/PMMG para alinhamento e repactuação de fluxo em relação às reuniões entre as Unidades e o GEPAR; capacitações com os comandantes do GEPAR e gestão social em relação ao eixo Intervenção Estratégica; orientações em relação à importância das assinaturas nos documentos de fonte de comprovação; manutenção do calendário das reuniões dos Grupos de Intervenção Estratégica de Belo Horizonte, RMBH e interior do estado; reuniões preparatórias individuais com a gestão social para construção dos pontos relevantes a serem apresentados pela Proteção Social nas reuniões dos GIE's.

Área Temática 3: Programa Se Liga

Indicador 3.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga		
Meta	Resultado	Desempenho
450	373	82,9%

Indicador 3.2 Percentual de adesão do egresso do Sistema Socioeducativo ao Programa Se Liga		
Meta	Resultado	Desempenho
30%	4,3%	14,3%

Indicador 3.3 Número acumulado de ações estratégicas junto às Unidades Socioeducativas		
Meta	Resultado	Desempenho
288	697	242,0%

Considerando as medidas de prevenção e contágio à Covid-19 dos órgãos de saúde, assim como as diretrizes e orientações no tocante ao trabalho presencial nas UPCs, agrega-se a este período avaliatório a retomada do revezamento presencial por parte da equipe técnica do Programa, favorecendo o aumento do número de atendimentos agendados e da busca espontânea por parte dos adolescentes egressos do sistema socioeducativo.

Para o **indicador 3.1**, como demonstra a Tabela 8 do RGR “Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa Se Liga”, a equipe técnica tem se dedicado ao público egresso, especialmente aos adolescentes incluídos no Programa, diante das limitações já sinalizadas nos relatórios anteriores para a realização dos atendimentos. Especialmente neste período, destaca-se o acionamento dos egressos ao Programa a partir da necessidade de obtenção de renda e inserção no mercado de trabalho, o que possibilitou realizar encaminhamentos complementares à empregabilidade, tais como a escolarização que proporcionou o retorno de alguns adolescentes ao ensino básico, promovendo a reflexão nos mesmos acerca da importância de concluírem essa etapa de ensino para fins de qualificação profissional.

A regularização da documentação foi uma parte significativa das ações, já que muitos adolescentes atendidos atingirão a maioridade neste ano e, conseqüentemente, necessitarão do título de eleitor, do alistamento militar e do certificado de reservista. Percebe-se que os acompanhamentos têm sido marcados por um volume expressivo de demandas, sendo necessário maior investimento por parte dos analistas sociais no tocante às diferentes articulações junto à rede de proteção social.

Com relação ao **indicador 3.2**, apesar da persistência dos fatores que corroboram para o não alcance da meta estabelecida, percebe-se um empenho por parte da gestão social, equipe técnica e técnico administrativo em buscar ativamente os adolescentes desligados das unidades de internação e semiliberdade, incluídos na lista de pré-adesão do programa desde março de 2020, na tentativa de convidá-los a participar do programa e correção de rumos deste indicador.

Cabe ainda registrar, que está sendo construída entre SUPEC, por meio da Diretoria de Proteção da Juventude e a SUASE, via Diretoria de Orientação Socioeducativa, a retomada dos atendimentos presenciais nas Unidades Socioeducativas, tendo como perspectiva a revisão da RESOLUÇÃO SEJUSP Nº 50, considerando ainda a RESOLUÇÃO SEJUSP Nº 49, de 20 de março de 2020, que no artigo 2º, § V (Diário Oficial - IOF - página 10, coluna II) prevê o caráter essencial na continuidade de "orientação e acompanhamento metodológico dos casos urgentes atendidos pelos programas de prevenção à criminalidade".

No **indicador 3.3** reitera-se o quanto o não alcance dos demais está diretamente vinculado ao desafio de estabelecimento de vínculos com o público virtualmente, uma vez que as ações estratégicas com as unidades socioeducativas são mais possíveis de adaptação ao contexto da virtualidade promovida pela pandemia, diferentemente dos indicadores vinculados ao atendimento ao público.

Da mesma maneira, o investimento da gestão social e equipe técnica na repactuação dos fluxos de informação, cronograma de ações e de atendimento ao público com as novas equipes das unidades de internação e semiliberdade, decorrentes do momento de reorganização e troca de profissionais do sistema socioeducativo, contribuíram para a superação da meta deste indicador.

Cabe ainda destacar, a construção de um cronograma mensal de reuniões entre a Diretoria de Proteção da Juventude - Programa Se Liga / SUPEC e a Diretoria de Orientação Socioeducativa / SUASE, com vistas ao aperfeiçoamento dos fluxos e encaminhamentos. Nesta perspectiva, destaca-se neste período, a capacitação realizada em 03/08/2021, destinada aos diretores gerais, de atendimento e segurança das unidades socioeducativas, cujo objetivo foi alinhar informações importantes de acompanhamento dos processos de encerramento e conclusão das medidas socioeducativas de internação e de semiliberdade, de modo a efetivar a execução do Programa Se Liga e conseqüentemente contribuir no alcance das metas pactuadas.

Área Temática 4: Programa Central de Acompanhamento de Alternativas Penais

Indicador 4.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA		
Meta	Resultado	Desempenho
38.531	29.436	76,4%

Indicador 4.2 Percentual de alternativas penais cumpridas conforme determinação judicial		
Meta	Resultado	Desempenho
72%	76,9%	106,8%

Indicador 4.3 Número acumulado de ações do Programa CEAPA junto às redes de apoio		
Meta	Resultado	Desempenho
2.247	4.125	183,6%

No indicador 4.1 foi identificado equívoco nos resultados inseridos no RGR, uma vez que a OS considerou 22 atendimentos em outubro, que não faz referência a este período avaliatório, portanto, fica retificado o resultado, **onde se lê "29.458", leia-se "29.436"**.

Previamente, é importante destacar a repactuação das metas dos indicadores da CEAPA no V Termo Aditivo do Contrato de Gestão, levando em consideração toda a atipicidade de execução do programa frente à necessidade de adequações de fluxos e metodologias em virtude da pandemia, conforme destacado nos relatórios anteriores, e a pertinência da razoabilidade que orientou a repactuação dessas metas.

Destaca-se, ainda, que neste período houve o restabelecimento dos atendimentos predominantemente presenciais nas Unidades, resguardando as atividades remotas apenas para àquelas situações que eram impactadas pelos protocolos de saúde. Neste aspecto, ressalta-se a Unidade de Belo Horizonte que precisou organizar uma escala de revezamento entre a equipe técnica e vem atuando em formato híbrido que contempla dias em teletrabalho e outros presenciais. Em visita à Unidade realizada pela Diretoria e Coordenação do Programa CEAPA, identificou-se que a lógica de trabalho ainda seguia pautada no trabalho remoto, no entanto, foi reforçada a diretriz para que os atendimentos ocorram, predominantemente, em formato presencial. Com isso, espera-se um impacto positivo nas metas alcançadas para os próximos períodos.

Somado a isso, cabe destacar a retomada das audiências e do cumprimento das alternativas penais que até então se encontravam suspensas pelo Poder Judiciário. Sendo assim, a DAL/SUPEC orientou a retomada dos fluxos e articulações junto ao Sistema de Justiça para restabelecer os encaminhamentos e fortalecer as portas de entrada do Programa.

Por fim, ressalta-se que neste período ocorreram novas contratações de profissionais que compõem a equipe, incluindo a ampliação prevista no convênio federal nº 822255/2015 firmado entre a SEJUSP e o DEPEN Federal/MJSP.

No **indicador 4.1**, apesar da meta acumulada desde janeiro não ter sido atingida, a meta para o período considerado no V Termo Aditivo foi alcançada.

Corroborando as justificativas apresentadas pela OS, cabe destacar algumas ações do Programa que contribuíram para a manutenção dessa frente de trabalho, que apesar de ter sido impactada de maneira considerável, tem apresentado uma consistência nos resultados em função das diretrizes do Programa para que essa ação seja uma frente prioritária.

Dito isso, destaca-se a orientação da Diretoria para priorizar as atividades presenciais das equipes junto ao público e o desdobramento dessa ação frente a necessidade da retomada no cumprimento da prestação de serviços à comunidade, conforme deliberação do Poder Judiciário. Ressalta-se que a DAL/SUPEC construiu orientadores junto a gestão social de cada município a fim de impulsionar as portas de entrada do Programa a partir da retomada das audiências realizadas pelo judiciário.

Conforme apontado pela OS, a Diretoria tem reforçado a orientação para a retomar os padrões de execução do Programa, tanto no que toca ao formato de execução, priorizando os atendimentos presenciais, quanto a readequação nos parâmetros metodológicos das ações. Nesse ponto, destacamos que os ajustes feitos para atender um cenário de restrição estão sendo gradativamente revistos e reajustados.

Considerando ainda a importância em trazer elementos de análise que justifiquem as oscilações de dados, faz-se necessário apontar elementos que subsidiem uma leitura de execução para aqueles municípios que ficaram aquém da meta. Sendo assim, sugere-se que a OS aprimore as análises contemplando aqueles municípios que apresentaram um desempenho inferior, tais como Belo Horizonte, Contagem, Ibirité e Santa Luzia.

Por fim, solicita-se a retificação dos dados apresentados neste indicador referente aos municípios de Belo Horizonte, Betim, Ipatinga, Juiz de Fora, Sete Lagoas e Uberlândia, e, conseqüentemente, do resultado do número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA, que estão divergentes daqueles constantes na SUPEC, conforme tabela abaixo:

Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa CEAPA	
UPC	TOTAL
Belo Horizonte	6.053
Betim	2.200
Ipatinga	2.148
Juiz de Fora	2.987
Sete Lagoas	1.525
Uberlândia	1.998

No **indicador 4.2**, a DAL/SUPEC ratifica os dados e análises apresentados pela OS no que toca as ações junto a rede parceira na execução da modalidade da prestação de serviço à comunidade para a retomada e finalização do cumprimento da alternativa penal, que impactaram no alcance da meta pactuada para esse indicador.

Ademais, conforme sinalizado nos relatórios anteriores, o CNJ emitiu orientação técnica que recomendou aos juízos que contabilizassem o período de pandemia como efetivo cumprimento das alternativas penais. Neste período, o retorno favorável do Poder Judiciário acerca dessa contabilização, contribui para o alcance da meta.

Considerando a pertinência em ressaltar as análises para aqueles municípios que apresentaram uma evolução acima do previsto, destaca-se também os municípios que apresentaram um desempenho aquém da meta pactuada, como percebido nos municípios de Juiz de Fora e Santa Luzia. Sendo assim, sugere-se que a OS aprimore as próximas análises contemplando as oscilações negativas identificadas.

Por fim, conforme sinalizado nos relatórios anteriores, faz-se necessário reforçar a importância em destacar no Relatório Gerencial de Resultados análises aprimoradas acerca do impacto das intervenções para o alcance da meta e sua relação com efetividade no cumprimento da alternativa penal, tendo em vista que a justificativa de “[...] boa adesão do público e o alto cumprimento” não trazem elementos de análise que evidenciam estratégias favoráveis de intervenção que impactam na efetividade deste indicador.

Para o **indicador 4.3**, corroborando as justificativas apresentadas pela OS, a retomada do cumprimento da prestação de serviços à comunidade demandou um investimento e priorização por parte da equipe que intensificou essa ação em duas frentes: a necessidade de repactuar os fluxos de encaminhamento e mapear e captar novas parcerias para recebimento do público para cumprimento da alternativa penal. Ainda nessa perspectiva de retomada, a DAL/SUPEC orientou acerca da importância em priorizar, de forma concomitante, as articulações junto ao Sistema de Justiça Criminal a fim de restabelece e repactuar os fluxos de entrada no Programa.

Ressalta-se a orientação da DAL/SUPEC para suspender a contabilização das articulações via contato telefônico para fins de cálculo deste indicador. Diante disso, era esperada que essa restrição impactasse na diminuição dos dados, no entanto, não foi observada essa tendência a partir dos números apresentados. Assim sendo, solicita-se, caso possível, a justificativa sobre a evolução muito acima do previsto para a meta pactuada, bem como sobre o acompanhamento qualificado acerca do cumprimento das diretrizes da DAL/SUPEC.

Área Temática 5: Programa de Inclusão Social dos Egressos do Sistema Prisional

Indicador 5.1 Número acumulado de atendimentos realizados pelo Programa PRESP		
Meta	Resultado	Desempenho
13.757	12.020	87,4%

Indicador 5.2 Percentual de adesão dos egressos atendidos ao PRESP por período avaliatório		
Meta	Resultado	Desempenho
78%	77,8%	99,7%

Indicador 5.3 Número acumulado de atividades de mobilização da rede para fins de inclusão social de egressos do Sistema Prisional		
Meta	Resultado	Desempenho
926	1.104	119,2%

Para os indicadores do PrEsp, foi identificado equívoco nos resultados apresentados no RGR, uma vez que a OS considerou números do mês de outubro, que não faz referência a este período avaliatório. No indicador 5.1, foram contabilizados 14 atendimentos a mais referente a outubro em Belo Horizonte e 2 em Betim (total de 16). Portanto, fica retificado o resultado deste indicador: **onde se lê “12.036”, leia-se “12.020”**. No indicador 5.3, foi contabilizado 1 ação a mais referente a outubro em Sete Lagoas, portanto, **onde se lê “1.105”, leia-se “1.104”**.

Destaca-se, inicialmente, a implantação do PrEsp no município de Sete Lagoas, ampliando a possibilidade de acesso do público a um serviço destinado ao acompanhamento do público egresso do sistema prisional, além contribuir para a prevenção da criminalidade em um novo município do estado. Nesse sentido, foi realizada a contratação de dois analistas sociais e o atendimento ao público começou a ser realizado a partir de setembro. Para isso, foram realizadas várias

reuniões de articulação de rede com atores estratégicos que contribuem para a chegada do público, a saber, Poder Judiciário, diretores de Unidades Prisionais, Defensoria Pública, Ministério Público, Prefeitura, instituições da rede de saúde, educação, assistência social, faculdades, dentre outros.



Unidade de Prevenção à Criminalidade de Sete Lagoas



Unidade de Prevenção à Criminalidade – Sete Lagoas

No **indicador 5.1**, retifica-se o resultado de 12.306 atendimentos para 12.020, conforme fontes de comprovação constantes na SUPEC.

Embora a meta prevista para o período avaliatório em análise não tenha sido alcançada em sua plenitude, observa-se um aumento dos atendimentos no PrEsp a partir da retomada de algumas frentes de trabalho e da qualificação das ações realizadas.

As atividades coletivas, antes suspensas em razão da pandemia, começaram a ser executadas em maior quantidade com o público, observando-se os cuidados necessários. Houve, assim, um aumento dos grupos de apresentação do PrEsp, bem como de grupos reflexivos com abordagem de temáticas voltadas para a retomada da vida em liberdade, contribuindo para o aumento gradual do número de atendimentos no Programa.



Grupo de Apresentação realizado na Casa de Acolhimento São Mateus em Uberaba

Ressalta-se ainda, a realização de ações coletivas voltadas para a discussão da empregabilidade e da qualificação profissional. Em Montes Claros foram realizados encontros para mobilização do público para participação no Projeto Alvorada, voltado para a qualificação profissional do público egresso do sistema prisional. A partir de uma parceria com o Instituto Federal de Montes Claros, 20 pessoas foram encaminhadas para iniciarem o curso de eletricista predial.



Ação para o Projeto Alvorada – Montes Claros

Em Belo Horizonte também foi realizada ação coletiva “Capacita PrEsp”, realizada em parceria com *Junior Achievement Minas Gerais*, no qual foi ofertada capacitação quanto às possibilidades de acesso e inserção no mercado de trabalho, formal ou informal.



Capacita PrEsp – Belo Horizonte

Ademais, a diminuição do número de casos de COVID-19 fez com que profissionais e serviços da rede de proteção dos municípios nos quais há atuação do PrEsp também retornassem com alguns atendimentos presenciais. Isso possibilita um maior acionamento do público, o que incide nos números de atendimentos, bem como um aumento do número de encaminhamentos para acesso a serviços ou direitos.

Importante frisar que nos meses de agosto e setembro novos analistas sociais foram contratados, visando aumentar as possibilidades de atendimento para o público. Parte destes profissionais foi contratada para as Unidades de Sete Lagoas, Belo Horizonte, Betim, Contagem, Ipatinga, Juiz de Fora, Ribeirão das Neves e Uberlândia.

Sobre esse ponto específico consta, porém, no relatório apresentado pela OS que “[...] é necessário um período de treinamento e adaptação para que esses novos profissionais possam apresentar resultados compatíveis com esperado, razão pela qual o *impacto imediato da chegada dos mesmos implica em uma redução de produtividade*” (grifo nosso). É necessária atenção a este ponto, já que a chegada de novos profissionais realmente demanda capacitação dos mesmos para execução do trabalho, principalmente das equipes de implantação do Programa. Contudo, o que se espera a partir de novas contratações é a ampliação do trabalho, no número de atendimentos realizados, e não o contrário.

Pontua-se, ainda, os números alcançados pelas Unidades de Contagem, Ribeirão das Neves e Uberlândia, que não alcançaram a meta estabelecida durante dois meses deste período avaliatório:

- **UPC Contagem:** observa-se um número extremamente baixo de atendimentos no mês de agosto (52 atendimentos) e justifica a OS, entre outros, que nos meses em que não são colhidas assinaturas há um baixo acesso do público ao programa. É necessário, portanto, pensar no acompanhamento próximo da equipe para compreender este contexto, já que o acesso ao programa deve se dar pelo vínculo estabelecido com o atendido, e não apenas pela assinatura obrigatória.
- **UPC Ribeirão das Neves:** a OS justifica o baixo número de atendimentos em dois meses em razão de férias de um dos analistas e afastamento em razão de saúde de outro por 04 (quatro) dias, bem como pela não realização de atividades coletivas. Importante ressaltar a necessidade de retomada destas atividades, observando-se os cuidados necessários, para que esta frente de trabalho seja qualificada.
- **UPC Uberlândia:** também se observa um baixo número de atendimentos em dois meses (julho e setembro). Compreende-se, também, o fato justificado por parte da OS no sentido da ausência dos profissionais em razão de férias e questões atreladas ao afastamento em razão de saúde. Espera-se, contudo, que com a chegada de um novo profissional no mês de setembro traga melhoria nos dados apresentados.

Por fim, apesar da meta pactuada para o período não ter sido cumprida em sua totalidade, considera-se positivo o resultado alcançado e foi observado aumento gradual de atendimentos a partir da qualificação do trabalho, maior vinculação do público e de ações coletivas.

A respeito do **indicador 5.2**, o Instituto Elo citou que: “Neste período avaliatório, o percentual de adesão apresentou como resultado 78%, o que representou 99,8% da meta estabelecida para este indicador” (pg. 38, RGR). Cumpre esclarecer que a porcentagem de 99,8% se refere ao resultado de 77,8%, que é arredondado quando se retira as casas decimais. Com relação à contabilização dos retornos em atividades coletivas, suscitado pela OS, informa-se que o problema já foi solucionado a partir da deliberação da Comissão de Avaliação.

A qualidade do acompanhamento do PrEsp depende diretamente da vinculação do público com o Programa, já que só a partir dela se faz possível as intervenções necessárias nos atendimentos. Neste período, todas as Unidades já retomaram ao trabalho presencial, e os equipamentos da rede de proteção dos municípios também têm retomado gradualmente, o que contribuiu para o acompanhamento e retorno ao PrEsp para novos atendimentos a partir dos encaminhamentos realizados.

É necessário, entretanto, atenção especial para o trabalho executado em municípios específicos no que toca a esse indicador, a saber, Contagem, Montes Claros, Sete Lagoas e Uberaba. A Unidade de Contagem não atingiu neste período a meta desejada, tendo acontecido o mesmo em meses anteriores. Desde o mês de maio esta meta não é alcançada, o que demonstra uma maior necessidade de acompanhamento para qualificação do acompanhamento do público. O mesmo deve ser feito em relação às equipes de Montes Claros e Uberaba, que também apresentaram uma taxa de adesão menor em relação aos demais municípios.

Sugere-se, portanto, que a OS apresente nos próximos relatórios os resultados alcançados de forma individualizada em cada mês do período avaliatório, para que o monitoramento deste dado possa ser feito de forma mais qualificada, percebendo-se as oscilações porventura existentes.

No **indicador 5.3**, o resultado ultrapassou a meta prevista, conforme também ocorrera em períodos avaliatórios anteriores. Tal fato se deve ao contexto de maior retomada das atividades presenciais por atores que compõem a rede de proteção do município, o que possibilita um maior número de encaminhamentos.

Um ponto positivo é que tem sido possível a realização de articulações presenciais com as instituições parceiras do PrEsp, algo que ficou por um período suspenso em razão de grande parte dos profissionais da rede se encontrar no formato de teletrabalho em razão da pandemia. A retomada gradual de alguns serviços e profissionais no formato presencial tem possibilitado uma maior proximidade, inclusive, para discussões conjuntas de casos acompanhados pelo Programa.

Ações importantes também vêm sendo feitas junto à rede parceira para possibilitar o acesso do público à cestas básicas, considerando o contexto de insegurança alimentar aguçado pela pandemia para as populações mais vulneráveis.



“Quem tem fome tem pressa” – ONG Amor e Vida

Também tem sido possível retomar ações coletivas em espaços da rede parceira de modo a apresentar o PrEsp para o público que circula nesses espaços, propiciando, assim, o acesso ao serviço disponibilizado pelo Programa.



Comunidade Terapêutica Terra Santa – Betim

Área Temática 6: Programa Selo Prevenção Minas

Indicador 6.1 Número acumulado de ações de articulação de rede do Programa Selo Prevenção Minas		
Meta	Resultado	Desempenho
720	583	81,0%

A OS abordou no RGR que “A principal ferramenta utilizada para manter contato, mobilizar, trocar experiências e informações é o aplicativo WhatsApp, através dos grupos de cada rede”. É importante destacar que a equipe da Coordenação do Programa Selo Prevenção Minas, através da supervisão da metodologia de trabalho junto à “equipe de ponta”, vem trabalhando sistematicamente sob esse ponto, haja vista que apesar de ser a estratégia mais utilizada pelo profissional Articulador, é uma ferramenta limitada para os objetivos de mobilização, contato e parceria com a rede aos quais o programa busca alcançar.

Outro ponto importante trata-se da informação no RGR de que as reuniões de rede tem se dado de forma virtual, devido às restrições impostas pela pandemia. Ressalta-se, que no presente momento, não há mais restrições no município, segundo a legislação vigente, quanto à realização de reuniões presenciais desde que siga os protocolos. Como são abordadas no RGR algumas dificuldades que envolvem a realização das reuniões virtuais, vale destacar que a Coordenação Estadual orienta e incentiva a possibilidade da realização de reuniões presenciais, ferramentas e estratégias possíveis que podem contribuir na superação das dificuldades apresentadas.

É destacado ainda no RGR que “É utilizada a plataforma do Google Meet, gentilmente cedida por professores/as da Universidade Federal de Alfenas, que compõem estes espaços.” Frisa-se que a escolha por esta plataforma é do profissional Articulador, e o Google Meet é uma ferramenta universal e independe da cessão de terceiros. Por este motivo, não foi compreendido qual o objetivo ou impacto desta informação para o cumprimento do indicador.

Avalia-se também que as articulações para as reuniões da Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade de Alfenas têm se mostrado insatisfatórias, produzindo impacto direto nos resultados uma vez que são contabilizados o número de presentes nas reuniões. Em junho a reunião contou com apenas 4 participantes e em setembro não houve reunião. É dito no RGR que há dificuldade de participação nas reuniões e que "(...) Além disso, são poucos os membros que sugerem temas para pautas." Apesar do reconhecimento do programa na baixa participação, os motivos para tal não são abordados no relatório. Ainda, o baixo envolvimento dos membros não deve ser entendido como motivo razoável para a não ocorrência das reuniões, que deveriam ser mensais, nem para o baixo número de participações, conforme averiguado. Por outro lado, entende-se que isso expõe fragilidades da equipe no que diz respeito à capacidade de articular de forma mais qualificada para a participação efetiva dos membros da rede municipal nas temáticas de prevenção à criminalidade e segurança pública, ponto central do trabalho do Programa. Essas dificuldades, no que diz respeito à supervisão metodológica de responsabilidade da Coordenação Estadual, já haviam sido identificadas e diversos espaços de orientação e capacitação que têm sido promovidos.

Por fim, não foi verificada no RGR nenhuma análise acerca das articulações realizadas durante o período para a elaboração e conclusão do Plano Municipal de Prevenção à Criminalidade. Tendo em vista que, durante o referido período esse foi o principal objeto de trabalho do Programa no município de Alfenas, seria importante a abordagem sobre o tema. Ademais, há utilização de nomenclatura equivocada, onde se lê "Rede Comissão de Elaboração do Plano Municipal de Prevenção à Criminalidade", leia-se "Comissão Municipal de Prevenção à Criminalidade de Alfenas".

Área Temática 7: Desenvolvimento e Capacitação dos Profissionais da Política de Prevenção Social à Criminalidade

Indicador 7.1 Número de participações em capacitações e supervisões para desenvolvimento e aprimoramento dos profissionais que atuam na Política de Prevenção		
Meta	Resultado	Desempenho
660	1.391	210,8%

Indicador 7.2 Tempo médio de dias para recomposição de vagas em aberto		
Meta	Resultado	Desempenho
15	10,7	160,5%

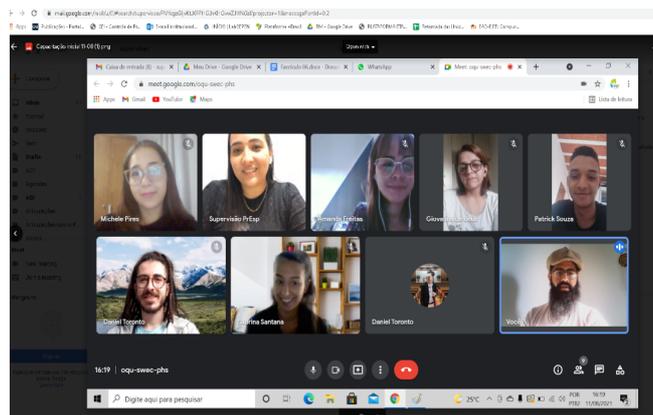
Seguem abaixo a descrição de algumas atividades desenvolvidas neste período avaliatório:

- **PROGRAMA PRESP**

Tema: Capacitação Inicial

Data: 11/08/21 - Videoconferência (Google Meet)

O encontro foi conduzido pelos Supervisores Metodológicos do PrEsp, com a participação de 09 pessoas. Esta capacitação foi direcionada para os novos analistas sociais de Betim, Contagem, Ipatinga, Montes Claros e Ribeirão das Neves. No momento foram discutidas temáticas referentes à metodologia de trabalho adotada pelo PrEsp, aspectos relacionados ao perfil do público atendido, vulnerabilidades a ele afetadas, plano de acompanhamento, acesso à rede, dentre outros.



Tema: A pessoa LGBTQIA+ com experiência prisional e a necessidade de considerar as singularidades no acompanhamento de políticas públicas

Data: 25/08/21 - Videoconferência (Google Meet)

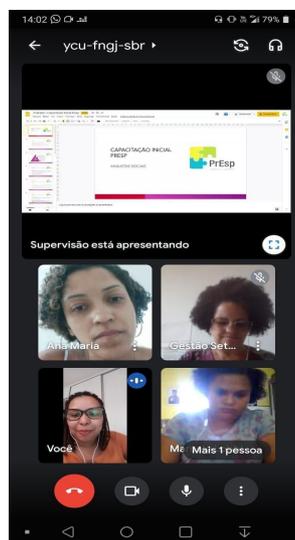
O encontro foi conduzido pelo facilitador Bruno Alves, com a participação de 40 pessoas, dentre elas, Diretoria e Gerência do PrEsp, Supervisores Metodológicos, Gestores Sociais e Analistas Sociais dos municípios de atuação do Programa. No momento foi discutida a necessidade de se pensar numa escuta durante os atendimentos que considere as singularidades do público LGBTQIA+ egresso do sistema prisional, em possibilidades de encaminhamentos para equipamentos da rede que possuem um trabalho diretamente vinculado à população LGBTQIA+. Também foram discutidas questões afetas à identidade de gênero, binariedade e não-binariedade, cisnormatividade, pessoas transgênero e preconceitos.



Tema: Capacitação Inicial

Data: 15/09/21 - Videoconferência (Google Meet)

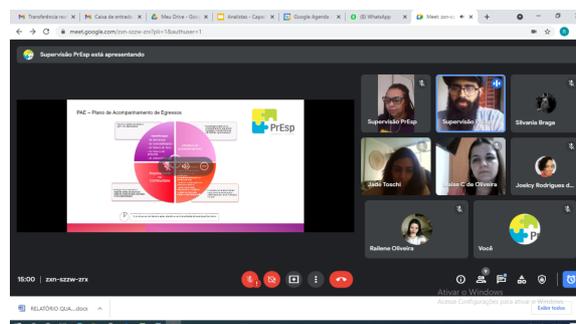
O encontro foi conduzido pela Supervisão Metodológica do PrEsp, com a participação de 05 pessoas, dentre elas, Supervisão Metodológica, Gestão Social e Analistas Sociais. Esta capacitação foi direcionada para os novos Analistas de Sete Lagoas. Foram discutidas temáticas referentes à metodologia de trabalho adotada pelo PrEsp, aspectos relacionados ao perfil do público atendido, vulnerabilidades a ele afetadas, plano de acompanhamento, acesso à rede, dentre outros.



Tema: Capacitação Inicial

Data: 16/09/21 - Videoconferência (Google Meet)

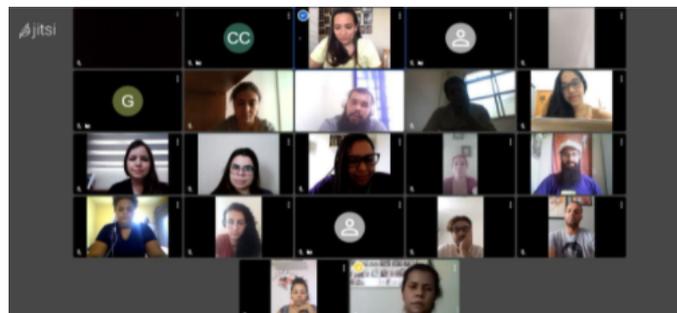
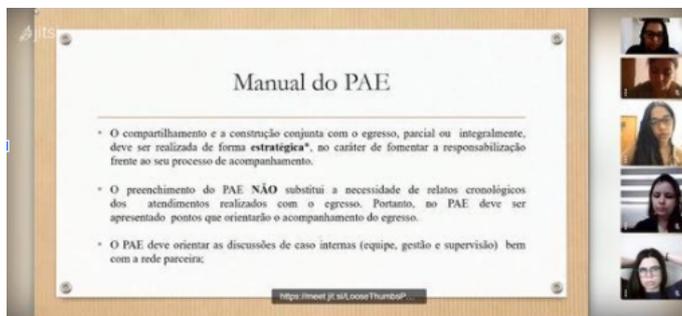
O encontro foi conduzido pela Supervisão Metodológica do PrEsp, com a participação de 08 pessoas, dentre elas, Supervisores Metodológicos e Analistas Sociais. Esta capacitação foi direcionada para os novos Analistas de Belo Horizonte, Contagem, Juiz de Fora e Uberlândia. Foram discutidas temáticas referentes à metodologia de trabalho adotada pelo PrEsp, aspectos relacionados ao perfil do público atendido, vulnerabilidades a ele afetadas, plano de acompanhamento, acesso à rede, dentre outros.



Tema: Diretrizes Metodológicas - PAE (Plano de Acompanhamento do Egresso) - Capacitação Conjunta

Data: 29/09/21 - Videoconferência (Google Meet) - Manhã

Capacitação realizada com a participação de 21 pessoas, dentre elas Supervisores Metodológicos e Analistas Sociais do PrEsp, para apresentação do Plano de Acompanhamento do Egresso e orientações acerca do uso do mesmo no acompanhamento do público inscrito.



Tema: Diretrizes Metodológicas - PAE (Plano de Acompanhamento do Egresso) - Capacitação Conjunta

Data: 29/09/21 - Videoconferência (Google Meet) - Tarde

Capacitação realizada com a participação de 21 pessoas, dentre elas Supervisores Metodológicos e Analistas Sociais do PrEsp, para apresentação do Plano de Acompanhamento do Egresso e demais orientações.



• **PROGRAMA CEAPA**

Tema: Capacitação introdutória para novos analistas sociais contratados

Datas: 05/07/21, 09/07/21, 10/8/21, 16/09/21 e 23/9/21 - Videoconferência (Google Meet)

Todos os profissionais recém contratados para atuar no Programa participaram da capacitação introdutória com a finalidade de apresentar a Política de Prevenção à Criminalidade executada no estado de Minas Gerais, o modelo de gestão em Alternativas Penais adotado como perspectiva para o trabalho e a metodologia desenvolvida pelo Programa.



• **PROGRAMA MEDIAÇÃO DE CONFLITOS**

Tema: Alinhamentos para finalização dos textos elaborados pelos Grupos de Trabalho (GT)

Data: 01/07/21 - Videoconferência

O encontro contou com 12 participantes, entre DPMC/SUPEC, supervisão metodológica, gestores sociais e analistas. Foram discutidas alterações ao longo dos textos produzidos em cada GT e pessoas responsáveis para unificá-los.



Encontro comissão metodológica -01/07/2021

Tema: Encontro com a diretoria

Data: 29/07/21 - Videoconferência

Teve como objetivo falar do projeto “ComAgente”, “Boletim PMC”, a diretoria fomentou junto aos analistas a realização de ações sobre o Agosto Lilás, além da despedida da gerente Máira Ribeiro. Foi um momento de troca e interação dos analistas junto a DPM/SUPEC que proporcionou tirar dúvidas e pensar novas estratégias de atuação ao público atendido. Participaram do momento 60 analistas sociais, 4 supervisores, 3 gerentes e a diretora.

Tema: Retorno modificações no relatório quantitativo e alinhamentos para o Livro PMC

Data: 19/08/21 - Videoconferência

Neste encontro a Comissão metodológica do PMC reuniu-se com a supervisão e diretoria para dialogar sobre as questões inerentes às modificações do relatório quantitativo e a construção do Livro do PMC. Esteve presente nove pessoas, entre DPM/SUPEC, supervisão metodológica, gestores sociais e analistas.



Encontro comissão metodológica -19/08/2021

Tema: Formação Inicial

Data: 26/08/21 - Videoconferência

O encontro de formação contou com a participação de gestores e analistas sociais recém contratados para dialogarem sobre as práticas metodológicas do Programa e seus instrumentos. Estavam presente 14 pessoas, entre analistas, gestores sociais e supervisão metodológica.

Tema: Lei Maria da Penha: diálogos e reflexões

Data: 31/08/21 - Videoconferência

O evento contou com a participação das convidadas Isabel Araujo Rodrigues e Carolina Soares Nunes Pereira e cerca 60 analistas sociais do PMC para discutir sobre as questões inerentes à Lei Maria da Penha e a rede de enfrentamento e proteção à mulher em situação de violência.



Capacitação “Lei Maria da Penha: diálogos e reflexões”, 31/08/2021

Tema: Livro PMC

Data: 23/09/21 - Videoconferência

A comissão metodológica do PMC reuniu-se para dar andamento a construção do livro que visa colecionar diversas temáticas que atravessam as metodologias do Programa abarcando experiências e ações realizadas ao longo de todo o ano. Estiveram presentes 11 pessoas, entre DPM/SUPEC, supervisão metodológica, gestores sociais e analistas.



Encontro Comissão Metodológica- 23/09/2021

Tema: Capacitação para utilização dos instrumentos PMC

Data: 28/09/21

Foi realizada uma capacitação inicial com a presença dos analistas e dos profissionais da AGI para discutir sobre os relatórios quantitativos e qualitativos e o uso dos mapas dos territórios onde o Programa atua, com a participação de 15 pessoas, entre analistas, gestores sociais, supervisão metodológica e uma gerente da DPM/SUPEC.

Tema: Atribuições das Agentes Comunitárias de cidadania (ACCs) e Instrumentos utilizados no trabalho

Data: 30/09/21

A formação das Agentes Comunitárias de Cidadania contou com a participação de 18 mulheres que estão realizando o projeto ComAgente, bem como 14 analistas sociais, 3 supervisores metodológicos, 3 gerentes da DPM/SUPEC e a diretora Tatiane Maia. Foi um momento para que as ACCs pudessem compartilhar experiências, potencialidades e desafios vivenciados.



1º Encontro de Formação das Agentes Comunitárias de Cidadania ocorrido em 30/09/2021

- **PROGRAMA FICA VIVO**

Tema: Capacitação Introdutória

Datas: 14/07/21 e 28/07/21 - Videoconferência

Participação de 3 novos analistas sociais dos territórios Morumbi, com o objetivo de introduzir as balizas metodológicas do Programa. Foram discutidas as seguintes temáticas: a apresentação da história do programa, a estrutura da DPJ, os eixos metodológicos e conceituais que perpassam o guia do programa e sua interlocução prática no cotidiano, as modalidades de atendimento, o marco lógico. Durante toda a capacitação houve o acolhimento e explanação sobre as dúvidas apresentadas.

Tema: Capacitação Introdutória - Implantação de Nova Unidade Ipatinga (Meio virtual)

Data: 26/08/21 - Videoconferência

Neste encontro houve a participação de 2 novos analistas sociais objetivando introduzir as balizas metodológicas do Programa Fica Vivo! Foram discutidas as seguintes temáticas: a apresentação da história do programa, a estrutura da DPJ, os eixos metodológicos e conceituais que perpassam o guia do programa e sua interlocução prática no cotidiano, as modalidades de atendimento e questões relativas ao processo de implantação e diagnóstico e o trabalho a ser desenvolvido pela equipe técnica após diagnóstico.

Tema: Capacitação para diagnóstico de implantação da UPC de Ipatinga

Data: 27/08/2021 - Videoconferência

Realizada capacitação sobre o uso dos instrumentais utilizados no processo de implantação de nova UPC em Ipatinga, a saber: diagnóstico de entidades, diagnóstico de lideranças, termo de consentimento e diário de campo. Foi orientado iniciar o mapeamento das instituições, referências comunitárias e influenciadores territoriais para realização das entrevistas, identificar pesquisas e dados sobre o território e sistematizar as informações coletadas para compartilhamento com o Instituto ELO e SUPEC. Foi acordado que, durante o processo de diagnóstico, estabeleceriam fluxos de compartilhamento e construções sobre os desafios e avanços vivenciados e que apresentariam ao final do processo um plano de trabalho com a realização de grupos focais, devolutiva do diagnóstico para a comunidade e planejamento de outras intervenções enquanto programa e UPC.

Tema: Capacitação sobre redes de proteção para adolescentes e jovens com gestores sociais

Datas: 24/08/21 e 25/08/21

A Gerência de Oficinas e Parcerias Institucionais realizou capacitação para 3 gestores das Unidades de Contagem, Veneza e Alterosas, Ribeiro de Abreu e Felicidade sobre atuação articulada entre gerência e gestão, atribuições das gerências do programa Fica Vivo e articulação de rede de proteção para adolescentes e jovens com redes institucionais e comunitárias.

Tema: Encontro de Formação com equipes

Data: 20/07/21 - Videoconferência

Apresentação de versão atualizada do Planejamento 2021, contendo inclusões referentes ao segundo semestre do corrente ano, contando com a participação de 62 pessoas, entre equipes técnicas, supervisores e DPJ.

Tema: Apresentação do Edital da Revista Juventudes Minas Gerais

Data: 23/07/2021 - Videoconferência

Foi apresentado o Edital da Revista Juventudes Minas Gerais que tem por finalidade publicar trabalhos inéditos (artigos, crônicas; contos; poesia/rima; registro fotográfico e ilustrações) considerados relevantes para a discussão crítica sobre a letalidade juvenil, a prevenção à criminalidade, os elementos que perpassam a trajetória infracional de adolescentes e jovens como a socioeducação e a privação/restrrição da liberdade, as políticas, os discursos e práticas sociais, sendo trazido a importância das produções juvenis dos territórios. Contou com a presença de 62 participantes - equipes, supervisores, DPJ.

Tema: Formação sobre atendimentos de jovens mulheres no programa Fica Vivo!

Datas: 18/08/21, 22/09/21 e 29/09/21

A supervisão metodológica formulou um diagnóstico acerca da temática do atendimento à jovens mulheres no programa Fica Vivo! e a partir destes formulários, houve encontros de formação acerca dos dados coletados e o atendimento que vem sendo realizado a tais jovens. Foi suscitada a necessidade de novos encontros para aprofundamento na discussão sobre gênero e redes de atendimento a jovens mulheres.

Tema: Capacitação sobre o eixo Intervenção Estratégica para os novos gestores sociais.

Datas: 07/07/21, 05/08/21, 12/08/21, 20/08/21, 24/08/21 e 27/08/21 - Videoconferência

Nestes encontros tiveram a participação dos novos profissionais que assumiram a gestão social das seguintes Unidades de Prevenção à Criminalidade: Serra, Santa Lúcia, Cabana, Morro das Pedras, Ribeiro de Abreu, Jardim Felicidade, Jardim Leblon, Veneza, Bom Jardim e Esperança. O objetivo desta ação foi trabalhar os pontos relevantes do eixo, o sentido do diálogo do Fica Vivo com o GEPAR materializado no nas reuniões ordinárias mensais, que tem como pauta primordial a análise da dinâmica social das violências e da criminalidade dos territórios. Foi trabalhado também sobre as reuniões dos Grupos de Intervenção Estratégica - GIE Vida, como indicador do Programa, sendo, assim, importante investir na preparação dos pontos mais estratégicos da proteção social para apresentarem neste espaço em conjunto com os órgãos de segurança pública e com o sistema de justiça criminal.

- **PROGRAMA SE LIGA**

Tema: Encontro de formação dos analistas sociais

Data: 15/08/21 - Videoconferência

Foi pautado no encontro de formação o acompanhamento das adolescentes e jovens mulheres no pós medida socioeducativa, bem como as bases introdutórias da questão de gênero no enfrentamento às violências, cuja proposta consistiu na reflexão, revisão e qualificação das práticas dos Programas. Houve a participação da fundadora e presidente do Instituto Mundo Aflora, Renata Mendes, e sua equipe de trabalho, trazendo contribuições acerca da referida temática, totalizando 14 participantes.

Encontro Formação de

Programa Se Liga

TEMA

"Cuidado e proteção de meninas e jovens mulheres no reencontro com a liberdade"



Convidada:
Renata Mendes
Fundadora e presidente
do Instituto
Munda Afiana



Participe pelo Zoom.
O link de acesso será enviado por e-mail.



Divulgação Encontro de Formação



Encontro de Formação de Analista Sociais ocorrido em 15/08/21

Área Temática 8: Relatórios das Ações dos Programas de Prevenção à Criminalidade

Indicador 8.1 Número de Relatórios Analíticos das UPCs de Base Local		
Meta	Resultado	Desempenho
52	53	101,9%

Avalia-se positivamente a análise dos relatórios analíticos no RGR. É possível compreender de forma geral os principais pontos de atenção no tocante à dinâmica das violências e criminalidades, verificar que o registro se mostra bem fidedigno ao que é discutido e acompanhado pela superintendência e diretorias acerca dos territórios de atuação dos Programas Fica Vivo e Mediação de Conflitos.

Como sugestão para qualificar ainda mais o documento, seria a descrição do quantitativo de determinada ocorrência de violência comum a mais de uma Unidade de Prevenção à Criminalidade.

Indicador 8.2 Número de relatórios de gestão das oficinas do Programa de Controle de Homicídios Fica Vivo!		
Meta	Resultado	Desempenho
3	3	100%

A análise do relatório de gestão de oficinas conseguiu abordar os aspectos importantes do período sobre a melhoria nos indicadores da pandemia e as estratégias adotadas pela DPJ a partir do "Plano de Retomada de Oficinas" para realizar um retorno que estivesse de acordo com as especificações sanitárias do estado e dos municípios.

Indicador 8.3 Número de Relatórios de Gestão do Programa Se Liga		
Meta	Resultado	Desempenho
3	3	100%

Considera-se que estes também alcançaram o conteúdo de maneira satisfatória. Contudo, cabe salientar que, mediante a estabilização desse novo contexto pós pandemia, espera-se que os próximos relatórios promovam as análises mais aprofundadas do perfil do público, a confirmação ou refutação das vulnerabilidades que envolvem os mesmos e que adentram no sistema socioeducativo, além das ações de rede desenvolvidas pela equipe técnica, avanços e desafios nessa execução.

Indicador 8.4 Número de Relatórios de Ações do Programa Selo Prevenção Minas		
Meta	Resultado	Desempenho
3	3	100%

Conforme já mencionado em relatórios anteriores, a Coordenação do Programa Selo Prevenção Minas avalia a necessidade de qualificação da análise produzida pelo Relatório de Ações entregue mensalmente, de forma a contemplar outras dimensões que envolvem a execução do Programa. O formato atual, elaborado através das informações disponíveis nos relatórios de excel, não têm possibilitado análises muito distintas e qualificadas em relação àquelas já disponíveis, deste modo, sugerimos uma abordagem dos desafios e potencialidades inerentes à execução do Programa.

Área Temática 9: Gestão da Parceria

Indicador 9.1 Percentual de conformidade dos processos analisados na checagem amostral periódica		
Meta	Resultado	Desempenho
100%	-	-

Indicador 9.2 Efetividade do monitoramento do Contrato de Gestão		
Meta	Resultado	Desempenho
100%	-	-

Os indicadores 9.1 e 9.2 serão discutidos e avaliados, oportunamente, na reunião da Comissão de Avaliação.

3.1 – Detalhamento da realização dos produtos

Produto 2.1 - Pesquisa de Recorrência Criminal de pessoas em cumprimento de alternativas penais acompanhadas pela CEAPA.

Status: Produto entregue dentro do prazo.

A Pesquisa de Recorrência Criminal foi elaborada pelo Instituto Elo e encaminhada a versão final para SUPEC, por e-mail, em 30/09/2021, dentro do prazo estabelecido no programa de trabalho do Contrato de Gestão. Ressalta-se que foi validado previamente a metodologia de pesquisa utilizada, conforme consta na descrição do produto, sendo que foram utilizados a base de dados dos relatórios quantitativos alimentados pelas equipes técnicas da CEAPA e dos Registros de Eventos de Defesa Social (REDS).

O produto objetivou avaliar a contribuição da CEAPA na prevenção de ocorrência de novos registros no Registro de Eventos de Defesa Social (REDS) das pessoas em cumprimento de alternativas penais no Estado de Minas Gerais, denominado recorrência criminal. Foram utilizadas as seguintes variáveis: recorrência criminal das pessoas em alternativas penais por município, sexo, faixa etária, escolaridade, ocupação profissional, remuneração, situação de cumprimento, tipo de medida aplicada e tipo de delito.

Após leitura e avaliação pela SPEEC, considerando que pesquisa atendeu os requisitos propostos na descrição do plano de trabalho do contrato de gestão, a versão final do produto foi aprovada pela SUPEC, conforme e-mail de aprovação encaminhado no dia 30/9/2021.

Foi constatado que a OS não abordou no RGR as informações básicas acerca do produto entregue. Nesse sentido, recomenda-se que nos próximos Relatórios Gerenciais de Resultados, tragam informações mínimas dos produtos elaborados. O produto poderá ser disponibilizado aos membros da Comissão de Avaliação para conhecimento e análise do conteúdo.

4 – DEMONSTRATIVOS FINANCEIROS

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo

11º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 2 - Comparativo entre Receitas e Gastos Previstos e Realizados no Período em Regime de Competência

Previsto											
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	TOTAL	
1	Entrada de Recursos	01/01/2021 a	01/02/2021 a	01/03/2021 a	01/04/2021 a	01/05/2021 a	01/06/2021 a	01/07/2021 a	01/08/2021 a	01/09/2021 a	TOTAL
		31/01/2021	28/02/2021	31/03/2021	30/04/2021	31/05/2021	30/06/2021	31/07/2021	31/08/2021	30/09/2021	
1.1	Receitas										
1.1.1	Repasse do Contrato de Gestão	4.456.575,70		5.888.180,60	-	-	6.742.901,05	6.537.301,80	-	-	23.624.959,15
1.1.2	Receita Arrecadada em Função do CG	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.1.4	Outras Receitas	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2.1	Rendimentos de Aplicações Fin.	9.349,88	7.550,45	11.727,74	14.387,88	19.957,65	19.731,60	30.223,96	32.870,70	29.963,28	175.763,14
(E)	Total de Entradas:	4.465.925,58	7.550,45	5.899.908,34	14.387,88	19.957,65	6.762.632,65	6.567.525,76	32.870,70	29.963,28	23.800.722,29
Realizado											
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	TOTAL	
1	Entrada de Recursos	01/01/2021 a	01/02/2021 a	01/03/2021 a	01/04/2021 a	01/05/2021 a	01/06/2021 a	01/07/2021 a	01/08/2021 a	01/09/2021 a	TOTAL
		31/01/2021	28/02/2021	31/03/2021	30/04/2021	31/05/2021	30/06/2021	31/07/2021	31/08/2021	30/09/2021	
1.1	Receitas										
1.1.1	Repasse do Contrato de Gestão	4.456.575,70	-	5.888.180,60	-	-	2.333.880,26	-	-	-	12.678.636,56
1.1.2	Receita Arrecadada em Função do CG	-	600,00	-	-	600,00	1.200,00	-	-	-	2.400,00
1.1.4	Outras Receitas	-	325.157,28	-	-	15,46	-	20,31	-	-	325.193,05
2.1	Rendimentos de Aplicações Fin.	9.349,88	7.550,45	11.727,74	14.387,88	19.957,65	19.731,60	30.223,96	32.870,70	29.963,28	175.763,14
(E)	Total de Entradas:	4.465.925,58	333.307,73	5.899.908,34	14.387,88	20.573,11	2.354.811,86	30.244,27	32.870,70	29.963,28	13.181.932,75
	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	TOTAL	
2	Saída de Recursos										
2.1	Gastos com Pessoal										
2.1.1	Salários	844.687,58	844.687,58	846.439,56	846.439,56	846.439,56	846.439,56	973.714,04	973.714,04	1.032.920,25	8.055.481,73
2.1.2	Estagiários	1.376,00	1.376,00	34.176,00	34.176,00	71.896,00	71.896,00	1.336,00	1.336,00	89.336,00	306.904,00
2.1.3	Encargos	334.754,63	334.754,63	337.423,75	337.423,75	339.723,66	339.723,66	384.626,32	384.626,32	413.399,81	3.206.456,53
2.1.4	Benefícios	257.626,01	257.626,01	258.715,61	258.715,61	258.853,61	258.853,61	282.559,92	282.559,92	300.333,56	2.415.843,86
	Subtotal (Pessoal):	1.438.444,22	1.438.444,22	1.476.754,92	1.476.754,92	1.516.912,83	1.516.912,83	1.642.236,28	1.642.236,28	1.835.989,62	13.984.686,12
2.2	Gastos Gerais	403.740,00	458.040,00	510.360,00	459.540,00	460.020,00	458.040,00	1.470.035,50	429.893,50	401.553,50	5.051.222,50
2.3	Aquisição de Bens Permanentes	-	-	-	-	-	-	131.860,00	-	-	131.860,00
	Subtotal (Gastos Gerais e Bens):	403.740,00	458.040,00	510.360,00	459.540,00	460.020,00	458.040,00	1.470.035,50	429.893,50	401.553,50	5.051.222,50
2.4	Reserva de Recursos	9.349,88	7.550,45	11.727,74	14.387,88	19.957,65	19.731,60	30.223,96	32.870,70	29.963,28	175.763,14
(S)	Total de Saídas:	1.851.534,10	1.904.034,67	1.998.842,66	1.950.682,80	1.996.890,48	1.994.684,43	3.274.355,74	2.105.000,48	2.267.506,40	19.343.531,76

R

(f)

R

(f)

**Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado
de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo
11º Relatório Gerencial Financeiro**

Tabela 2 - Comparativo entre Receitas e Gastos Previstos e Realizados no Período em Regime de Competência

Previsto										
	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	TOTAL			
	01/06/2021	01/07/2021	01/08/2021	01/09/2021	01/10/2021	01/11/2021				
	a	a	a	a	a	a				
	30/06/2021	31/07/2021	31/08/2021	30/09/2021	31/10/2021	30/11/2021				
1	Entrada de Recursos							TOTAL		
1.1	Receitas									
1.1.1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
1.1.2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
1.1.4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
2.1	-	-	3.332,73	3.262,38	-	-	6.595,11			
(E) Total de Entradas:	-	-	3.332,73	3.262,38	-	-	6.595,11			
2	Saída de Recursos							TOTAL		
2.1	Gastos com Pessoal									
2.1.1	-	51.660,36	51.660,36	51.660,36	-	-	154.981,08			
2.1.2	-	-	-	-	-	-	-			
2.1.3	-	21.183,95	21.183,95	21.183,95	-	-	63.551,85			
2.1.4	-	15.896,77	15.896,77	15.896,77	-	-	47.690,31			
Subtotal (Pessoal):	-	88.741,08	88.741,08	88.741,08	-	-	266.223,24			
2.2	Gastos Gerais									
2.3	Aquisição de Bens Permanentes									
2.4	-	-	3.332,73	3.262,38	-	-	6.595,11			
(S) Total de Saídas:	-	88.741,08	92.073,81	92.003,46	-	-	272.818,35			
Realizado								Realizado	Previsto	
	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	TOTAL	(/) Previsto	(-) Realizado	
	01/06/2021	01/07/2021	01/08/2021	01/09/2021	01/10/2021	01/11/2021				
	a	a	a	a	a	a				
	30/06/2021	31/07/2021	31/08/2021	30/09/2021	31/10/2021	30/11/2021				
1	Entrada de Recursos							TOTAL		
1.1	Receitas									
1.1.1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
1.1.2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
1.1.4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
2.1	-	-	3.332,73	3.262,38	-	-	6.595,11	100,00%	-	
(E) Total de Entradas:	-	-	3.332,73	3.262,38	-	-	6.595,11	100,00%	-	
2	Saída de Recursos							TOTAL	Realizado	Previsto
2.1	Gastos com Pessoal									
2.1.1	-	-	30.291,50	41.458,91	-	-	71.750,41	46,30%	83.230,67	
2.1.2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
2.1.3	-	-	16.815,16	16.815,16	-	-	33.630,33	52,92%	29.921,52	
2.1.4	-	-	6.096,99	11.778,21	8.729,78	-	26.604,98	55,79%	21.085,33	
Subtotal (Pessoal):	-	-	53.203,65	70.052,28	8.729,78	-	131.985,72	49,58%	134.237,52	
2.2	Gastos Gerais									
2.3	Aquisição de Bens Permanentes									
2.4	-	2.801,28	3.332,73	-	-	-	6.134,01	93,01%	461,10	
(S) Total de Saídas:	-	2.801,28	56.536,38	70.052,28	8.729,78	-	138.119,73	50,63%	134.698,62	

Contrato de Gestão nº. 002/2019 celebrado entre a Secretaria de Justiça e Segurança Pública do Estado de Minas Gerais - SEJUSP e o Instituto Elo
11º Relatório Gerencial Financeiro

Tabela 2 - Comparativo entre Receitas e Gastos Previstos e Realizados no Período em Regime de Competência

							Previsto							
							Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL		
							01/08/2021	01/09/2021	01/10/2021	01/11/2021	01/12/2021			
							a	a	a	a	a			
							31/08/2021	30/09/2021	31/10/2021	30/11/2021	31/12/2021			
1	Entrada de Recursos										TOTAL			
1.1	Receitas													
1.1.1	Repasse do Contrato de Gestão	-	-	-	-	-	-	-	-	-		322.268,23		
1.1.2	Receita Arrecadada em Função do CG	-	-	-	-	-	-	-	-	-				
1.1.4	Outras Receitas	-	-	-	-	-	-	-	-	-				
2.1	Rendimentos de Aplicações Fin.	1.204,41	1.265,20	-	-	-	-	-	-	-		2.469,61		
(E) Total de Entradas:							1.204,41	1.265,20	-	-	-		324.737,84	
2	Saída de Recursos										TOTAL			
2.1	Gastos com Pessoal													
2.1.1	Salários	46.391,63	46.391,63	-	-	-	-	-	-	-		139.174,89		
2.1.2	Estagiários	-	-	-	-	-	-	-	-	-				
2.1.3	Encargos	18.951,91	18.951,91	-	-	-	-	-	-	-		57.484,73		
2.1.4	Benefícios	14.213,27	14.213,27	-	-	-	-	-	-	-		42.639,81		
Subtotal (Pessoal):							79.556,81	79.556,81	-	-	-		239.299,43	
2.2	Gastos Gerais	-	-	-	-	-	-	-	-	-				
2.3	Aquisição de Bens Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-				
2.4	Transferência para Reserva de Recursos	1.204,41	1.265,20	-	-	-	-	-	-	-		2.469,61		
(S) Total de Saídas:							80.761,22	80.822,01	-	-	-		241.763,04	
							Realizado							
							Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	TOTAL		
							01/08/2021	01/09/2021	01/10/2021	01/11/2021	01/12/2021			
							a	a	a	a	a			
							31/08/2021	30/09/2021	31/10/2021	30/11/2021	31/12/2021			
1	Entrada de Recursos										TOTAL	Realizado (j) Previsto	Previsto (-) Realizado	
1.1	Receitas													
1.1.1	Repasse do Contrato de Gestão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	322.268,23	100,00%	-	
1.1.2	Receita Arrecadada em Função do CG	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-	
1.1.4	Outras Receitas	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-	
2.1	Rendimentos de Aplicações Fin.	1.204,41	1.265,20	-	-	-	-	-	-	-	2.469,61	100,00%	-	
(E) Total de Entradas:							1.204,41	1.265,20	-	-	-		100,00%	-
2	Saída de Recursos										TOTAL	Realizado (j) Previsto	Previsto (-) Realizado	
2.1	Gastos com Pessoal													
2.1.1	Salários	13.867,21	23.466,06	-	-	-	-	-	-	-	37.333,27	26,82%	101.841,62	
2.1.2	Estagiários	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-	
2.1.3	Encargos	10.430,02	12.792,29	-	-	-	-	-	-	-	23.222,32	40,40%	34.262,41	
2.1.4	Benefícios	3.033,34	6.135,40	5.064,87	-	-	-	-	-	-	14.234,21	33,38%	28.405,60	
Subtotal (Pessoal):							27.331,17	42.393,75	5.064,87	-	-		31,25%	164.509,63
2.2	Gastos Gerais	-	3,50	-	-	-	-	-	-	-	3,50	-	(3,50)	
2.3	Aquisição de Bens Permanentes	-	-	-	-	-	-	-	-	-		-	-	
2.4	Transferência para Reserva de Recursos	1.204,41	-	-	-	-	-	-	-	-	1.204,41	48,77%	1.265,20	
(S) Total de Saídas:							28.535,58	42.397,25	5.064,87	-	-		31,43%	165.771,33

4.1 – ANÁLISE DAS RECEITAS E DESPESAS DO PERÍODO

Os Relatórios Gerenciais Financeiros foram enviados pelo Instituto Elo por e-mail em 13/10/21. Além disso, todos os extratos e demonstrativos das contas bancárias vinculadas ao Contrato de Gestão nº 02/2019 também foram analisados e apresentaram fidedignidade entre os gastos previstos na Memória de Cálculo do Contrato de Gestão nº 002/2019.

Do total de saídas realizadas até o 11º período avaliatório, foi executado 71,78% do previsto da Memória de Cálculo A (recurso estadual), 50,53% da Memória B (Programa CEAPA), e 31,43% da Memória C (Programa Presp).

5 – DAS RESPONSABILIDADES DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO

Conforme art. 49 do Decreto nº 47.553/2018 esta Comissão atesta o cumprimento da realização das seguintes responsabilidades relativas ao contrato de gestão:

I - foi realizada visita à OS e ao local de execução das atividades do contrato de gestão;

II - foi verificada a adequação das despesas ao objeto do contrato de gestão, os documentos fiscais, trabalhistas, previdenciários da OS, extratos bancários saldos das contas vinculadas ao contrato de gestão e outros que se fizerem necessários;

III - foram verificados os processos de rescisões trabalhistas e suas homologações;

IV - foram verificadas fontes de comprovação dos indicadores e produtos apresentados pela OS, atestando a coerência quanto ao disposto no contrato de gestão e ao cumprimento das metas;

V - foi verificado o registro patrimonial e o estado que se encontram os bens;

VI - foram realizadas checagens amostrais e de efetividade para verificar a conformidade da execução das despesas realizadas pela OS com os regulamentos internos da entidade;

VII - foram realizadas recomendações à OS sobre a execução do contrato de gestão, bem como requisições administrativas;

VIII - foram propostas medidas de ajuste e melhoria segundo as metas pactuadas.

6 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por fim, a Comissão de Monitoramento do Contrato de Gestão nº 02/2019 considera que cumpriu suas atribuições de acompanhamento da execução do instrumento jurídico, bem como a verificação do cumprimento da legislação vigente, nos limites de suas competências preconizados pelo Decreto Estadual nº 47.553/2018 e Lei Estadual nº 23.081/2018. Ademais, informa também que vêm qualificando cada vez mais suas práticas e procedimentos de monitoramento, contando sempre com o apoio de servidores técnicos da Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública e funcionários do Instituto Elo.

Belo Horizonte, *data de assinatura.*

Gleysiane Freire Diniz
Supervisora do Contrato de Gestão nº 002/2019

Fábio César Araújo Costa
Supervisor Adjunto do Contrato de Gestão nº 002/2019

Beatriz Barbosa Pena Camargo
Representante da Unidade Jurídica do OEP

Marcus da Silva Resende
Representante da Unidade Financeira do OEP



Documento assinado eletronicamente por **Fabio Cesar Araujo Costa, Servidor**, em 04/01/2022, às 17:48, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Gleysiane Freire Diniz, Assessora Chefe**, em 04/01/2022, às 17:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus da Silva Resende, Servidor**, em 05/01/2022, às 09:49, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **40361205** e o código CRC **01C9DC0B**.